

GREVE FORTALECE ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

Esta é a segunda publicação a celebrar os 90 anos de história do Sindicato. Nesta edição, já como *Folha Bancária* – que começou a circular a partir de 1939, em substituição ao *Vida Bancária* – o período retratado mostra a consolidação da organização da categoria, em um período que se estende de 1945 até 1964. A partir desse momento, o foco é a resistência dos bancários até a retomada do Sindicato.

Após a saída de Getúlio Vargas do poder, com o fim do Estado Novo, uma nova fase se inicia na luta dos trabalhadores, com várias greves sendo deflagradas no país. A questão do salário mínimo da categoria era motivo de grande mobilização dos bancários, em uma luta que vinha desde 1935. Esse foi um dos principais motivos da segunda greve nacional, em 1946, com resultado vitorioso, sobretudo pelo seu caráter nacional.

No dia 7 de maio de 1947, o governo decreta nova intervenção em vários sindicatos, entre eles o dos bancários. Em 1950, uma nova diretoria assume a entidade. No ano seguinte, com reivindicações que exigiam reajuste de 40%, salário mínimo profissional e adicional por tempo de serviço, os bancários entram em greve. Ao final, o salário é reajustado em 31%.

Era o segundo governo Vargas, que voltou ao poder em 1951, permanecendo até 1954, quando suicidou-se. A eleição de Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart, inicia a chamada política desenvolvimentista.

Década de 1960 - Os primeiros anos são marcados por greves, com o movimento sindical brasileiro reivindicando reajustes salariais e 13º salário. Nesse cenário, Jânio Quadros é eleito presidente da República. Mas renuncia de forma inesperada, desencadeando uma crise constitucional. Os militares tentam barrar a posse de seu vice, o Jango. Era sinal do que viria a ocorrer em 1964.

Em outubro de 1961, a terceira greve nacional da categoria conquista, além de reajustes, o compromisso do governo em montar uma comissão para estudar a fixação do salário mínimo profissional.

Em 1962, os bancários conseguem, com a quarta greve nacional, aumento salarial de 60% e adicional por tempo de serviço. Em novembro, é conquistado o fim do trabalho aos sábados.

A sequência de greves e conquistas, reflexo da organização e mobilização, é interrompida na história do Sindicato. A partir de 1964, a resistência e a mobilização contra o arrocho salarial marcam a luta do período.

OS ANOS DE CHUMBO E A RETOMADA

Com a chegada da oposição ao poder, em 1979, os bancários tornam-se agentes ativos do processo de transformação política pelo qual passaria o Brasil na década seguinte



Era madrugada de 31 de março de 1964 quando o golpe militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart. Esse novo período, marcado pela cassação dos direitos políticos e fim das liberdades democráticas, com o impedimento da livre organização, repressão generalizada, prisões arbitrárias e intervenção nos sindicatos, obrigou os trabalhadores a se rearticularem para que direitos não fossem retirados. Esse movimento resultou na criação da oposição bancária no Sindicato.

Recessão - A política econômica do governo militar baseava-se no arrocho salarial e na recessão. Nesse contexto, foram estabelecidos acordos anuais para as categorias, impedindo a livre negociação entre patrões e empregados.

No caso do Sindicato, além da intervenção e prisão de dirigentes, a extinção do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), em 1966, foi uma grande perda para a categoria. O Instituto era fruto da greve de 1934 e fornecia melhores serviços médico-hospitalares aos bancários, facilidades para aquisição da casa própria, além de ter grande importância política para o Sindicato.

AI-5 - 1968 é o ano do endurecimento do regime militar. Em meio a manifestações da sociedade, como a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, o governo decide intensificar a repressão. No final do ano, o Ato Institucional nº 5 é decretado e o terrorismo de Estado é instalado no Brasil.

Com o AI-5, o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e câmaras municipais são fechados;

parlamentares, intelectuais e lideranças sociais têm seus poderes políticos cassados; e ampliam-se as perseguições, por meio de organismos como o DOI-Codi e a Oban – organização de repressão violenta criada em 1969, vinculada ao Exército e financiada por industriais brasileiros e multinacionais.

Milagre econômico - Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelo “milagre econômico”, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) alavancado por empréstimos externos, e a construção de projetos grandiosos, como a Transamazônica. Em paralelo, boa parte da população não desfruta desse “milagre” e a concentração de renda aumenta em todo país.

Grande parte das lideranças sindicais tem sua atuação sufocada devido a prisões, cassações e assassinatos. No Sindicato, um grupo de bancários começa a se organizar, principalmente a partir de bancos públicos, como o Banco do Brasil e o Banespa, para que a entidade tomasse um novo rumo. A crítica da oposição não era diretamente à entidade, mas sim à estrutura sindical vigente.

A partir de 1974, a sociedade civil brasileira também começa a mover-se no sentido de buscar mais liberdade e participação política. As atrocidades cometidas pela ditadura não impedem o desenrolar da luta por democracia em curso e a rearticulação do movimento sindical, com destaque para a região do ABC paulista.

Retomada do Sindicato - Em 1978, mesmo com dificuldade de organização e com o crescimento do poder do setor financeiro, os bancários respondem

à ditadura e entram em greve numa quinta-feira do final de agosto, sob liderança da oposição bancária. No dia seguinte, desencadeia-se a repressão, com a Polícia Federal fechando o Sindicato – onde ficava o comando de greve – e prendendo muitos bancários. Apesar do esvaziamento da paralisação e das prisões, era o começo da retomada protagonizada pela oposição.

No mesmo ano, deveriam ser realizadas eleições. Porém, a manobra da direção junto à DRT (Delegacia Regional do Trabalho) adiou o pleito para o início de 1979. Com isso, a oposição intensificou seu trabalho junto à base.

As principais bandeiras eram: luta contra o arrocho salarial, liberdade e autonomia sindicais, liberdades democráticas e construção de uma central única dos trabalhadores, capaz de aglutinar o movimento sindical em todo o país.

Finalmente, em 12 de março de 1979, toma posse a Chapa 2, da oposição. Uma nova fase tem início na história do Sindicato dos Bancários de São Paulo, com uma direção comprometida com o sindicalismo classista que então despontava. Os bancários, a partir de 1979, tornam-se protagonistas de alguns dos mais marcantes episódios pelos quais o Brasil passaria.

A mulher bancária

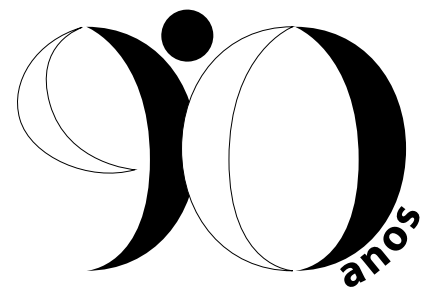
“Não um combate sistemático ao homem, ao casamento, à feminilidade, mas arrastar todas as bancárias à luta consciente pelas conquistas de seus direitos políticos e econômicos, à liberdade de agir e pensar”

O trecho da coluna feminina do jornal *Vida Bancária*, da década de 1930, demonstra a importância das bancárias no processo de politização das mulheres pela busca de seus direitos. Ao contrário de muitas entidades, as bancárias puderam ingressar na Associação dos Funcionários de Bancos desde a sua criação, em 1923.

Mas foi em 1955, com a ativa participação de Consuelo Toledo e Silva (*leia mais nas páginas centrais*), que a hegemonia masculina foi quebrada nas assembleias da categoria. Consuelo e Maria Aparecida Galvão, então a única mulher a fazer parte da equipe de redação da *Folha Bancária*, foram as primeiras a participar da diretoria do Sindicato (gestão 1957-1959), quando é criado o Departamento Feminino.

Em 1961, é realizada a I Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora, cuja participação das bancárias foi representativa. Maria de Andrade, segunda tesoureira do Sindicato, reivindicou o cumprimento da jornada de seis horas, salário-família, creche e oportunidade para a mulher participar do concurso do Banco do Brasil.

O protagonismo das bancárias permitiu o alcance de conquistas que hoje são realidade na vida das trabalhadoras, como a licença-maternidade de 180 dias e o auxílio-creche/babá. Além disso, foi o processo de participação ativa das mulheres que possibilitou a chegada de Juvandina Moreira à presidência da entidade a partir de 2010. Atualmente, cerca de 70% da diretoria executiva do Sindicato é composta por mulheres.



FORTALECENDO A DEMOCRACIA

Linha do Tempo (1946-1979)

Alguns dos fatos mais marcantes da trajetória de luta dos bancários entre 1946 e 1979 estão registrados na linha do tempo desta segunda publicação especial dos 90 anos. O período retratado mostra a consolidação da organização da categoria, em um momento que se estende de 1945 a 1964. A sequência de greves e mobilizações permitiu que os trabalhadores conquistassem reajustes salariais a cada paralisação, adicional e aposentadoria por tempo de serviço, além da consolidação da jornada de seis horas e fim do trabalho aos sábados. Porém, essa organização é desarticulada a partir de 1964, com forte repressão, prisões e até mortes. Era a ditadura militar perseguindo a luta dos trabalhadores e minando a liberdade da sociedade.

1947

Nesse período, com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo vive a polarização da Guerra Fria. No Brasil, as reivindicações trabalhistas passam a ser encaradas como ameaças comunistas. Em 7 de maio, no mesmo dia em que o Tribunal Superior Eleitoral cassa o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Sindicato sofre sua terceira intervenção em duas décadas de existência



1955

Fundação do Diocese (foto), fruto da articulação entre os sindicatos para contrapor os índices oficiais do custo de vida. Primeiro presidente foi o bancário Salvador Losacco

1953

É criado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), com objetivo de financiar projetos de infraestrutura do país

1951

Getúlio Vargas assume o poder, permanecendo até 1954. Com a eleição de Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart, tem início a chamada política desenvolvimentista

1951

A nova diretoria assume o Sindicato. Em 28 de agosto, os bancários desafiam a Lei de Greve, com paralisação de 69 dias. Apesar de serem reprimidos pelas autoridades, conseguem reajuste de 31%. A data se torna Dia do Bancário



1958

No VII Congresso Nacional, os bancários constituem a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec)

1961

A terceira greve nacional da categoria foi deflagrada em 21 de outubro. Os bancos privados não aderiram de início devido ao processo de negociação. Mas no Banco do Brasil a paralisação foi total, com a conquista de reajuste de 40%. No dia 7 de novembro é a vez dos bancos privados de São Paulo entrarem em greve. Ela durou dois dias e ficou marcada na história como a "Greve da Dignidade". O Tribunal determinou 60% de aumento



1966

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) é extinto. No mesmo ano, é instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que põe fim à estabilidade no emprego

1970

Em paralelo ao "milagre econômico", a concentração de renda aumenta no país e grande parte das lideranças sindicais é presa, banida ou assassinada pelos órgãos de repressão

1975

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog comove a sociedade. Uma semana depois, cerca de oito mil pessoas se unem na Praça da Sé em homenagem ao jornalista. Foi a primeira grande manifestação de protesto desde o AI-5



A oposição ganha as eleições com cerca de 5 mil votos de diferença. Uma nova fase tem início na história do Sindicato dos Bancários de São Paulo

1968

É decretado o Ato Institucional nº 5

1979

PIONEIRA, CONSUELO MOSTRA QUE QUEM VESTE SAIA NÃO FOGE À LUTA

Aos 88 anos, a primeira mulher a participar das assembleias do Sindicato, ainda na década de 1950, define-se como revolucionária e apaixonada pela luta incessante em busca de igualdade e justiça



CONSUELO DE TOLEDO SILVA
Primeira mulher a compor a diretoria do Sindicato

Jovem, revolucionária, rebelde com causa, amante da poesia. Aos 32 anos, Consuelo de Toledo Silva foi a primeira mulher a integrar a direção do Sindicato, em 1957. A trajetória foi rápida, já que se tornou bancária em 1952, quando saiu de Campinas, onde nasceu, e veio para São Paulo. Orgulhosa do registro em sua carteira de trabalho: Banco Comércio e Indústria de São Paulo, como datilógrafa e copista.

Em 1954, já flertava com o Sindicato e debatia com as trabalhadoras sugerindo a participação feminina na entidade. Após um papel tímido das bancárias, em 1957 o Sindicato ganhou suas primeiras diretoras: Consuelo e Maria Aparecida Galvão. No mesmo

ano, a categoria conquistou a almejada jornada de seis horas para todos os funcionários dos bancos e a aposentadoria por tempo de serviço.

Fazer com que os bancários cumprissem a conquista recente era um desafio. "O que eu tirei de funcionário de dentro de banco que trabalhava fora do horário... Já existia a jornada de 6 horas, mas tive de brigar muito para que os trabalhadores cumprissem", conta Consuelo.

Logo em suas primeiras atuações no Sindicato, a dirigente já "causava", como ela mesma diz. Em assembleia realizada no Teatro Paramount, em que foi aprovada uma paralisação, ela pediu a palavra e desafiou: "O bancário que quiser furar

a greve fala comigo, que troco minha saia pelas calças dele". A assembleia veio abaixo!

Durante entrevista no apartamento alugado desde 1999 no Edifício Copan — obra de Oscar Niemeyer e cartão postal da cidade de São Paulo —, Consuelo mostra que continua independente aos 88 anos. Mora num bloco onde residem cerca de 2 mil pessoas distribuídas em 640 apartamentos. A arquitetura beneficia: ao invés de escadas, rampas. No térreo, tudo o que Consuelo precisa no dia a dia. "Faço tudo aqui. Tem supermercado, tem tudo."

Apontando para um cesto atrás da porta, conta que de vez em quando passeia pela Praça da República. "Aquele ali (a bengala) eu uso quando saio

de casa. Meu corpo precisa, mas minha cabeça está ótima."

Dentre os fervorosos dirigentes sindicais bancários das décadas de 1950 e 1960, Consuelo era da turma de apreciadores de poesia. Chegou a participar de concursos no Sindicato. Casou-se com um escritor e tradutor, em 12 de junho de 1964 — ela faz questão de dizer que era o Dia dos Namorados.

Mas nem todas as lembranças são doces. Em 5 de maio

daquele ano, logo no início da ditadura, foi presa e ficou detida durante um mês no Deops (Departamento de Ordem Política e Social), braço repressor do regime militar. O orgulho que tem da luta por democracia transparece nos relatos sobre a prisão. "Era uma celinha menor que meu banheiro. Eu era a única mulher presa." Do Deops, no Largo General Osório, onde hoje funciona o Museu da Resistência, ela achava que seria levada a outra cidade

e fuzilada, mas foi "salva" pelo futuro sogro, na época general no Rio de Janeiro. Não foi torturada e nem sofreu maus tratos físicos, mas guarda os desgastes psicológicos típicos da repressão.

Orgulho ainda maior demonstra ao falar sobre a atuação sindical. "Nas greves, minha função muitas vezes era servir café e sanduíche", conta, sem menosprezar a tarefa, até hoje fundamental durante as paralisações da categoria.

Certa vez, Consuelo fechou a porta de uma agência bancária ao colocar um palito de fósforo no buraco da fechadura. "A greve foi a uma pequena revolução", disse ela ao delegado, chamado por representantes do banco que queriam forçar a abertura do local. "Eu tinha sempre a resposta na ponta da língua."

Depois do Sindicato, trabalhou na federação dos bancários como secretária. "Ajudei a



fundar 27 sindicatos no estado de São Paulo. Era preciso primeiro fundar a associação." Ela conta que foi a uma delegacia regional do trabalho e arranjou exemplares da legislação trabalhista para distribuir nesses sindicatos. "Eu dizia pra eles lerem se precisassem de informação, não ligar para ninguém, precisavam conhecer os direitos!"

Consuelo mantém na estante, ao lado de suas fotos, uma do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e outra da presidenta, Dilma Rousseff. Para não se enganar quem pensa que a militância política e sindical ficou para trás, é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) até hoje. Até há pouco participava de mobilizações no centro da cidade. Aposentou-se do trabalho, mas seu amor por todo esse movimento continua na ativa.

Uma nova forma de sindicalismo

Retomada do Sindicato, no final dos anos 1970, foi resultado da união de diversos bancários que lutaram para romper com modelo e estrutura sindical vigente e impulsionar categoria para obter novas conquistas

O ano é 1979. Os bancários organizavam a primeira greve da categoria, após a chamada “retomada” do Sindicato. Reunidos no pátio do Colégio São Bento, os trabalhadores definiram pelo início da greve para o dia seguinte. O movimento começou forte, mas a repressão policial e dos bancos também. “Houve confronto tão intenso que os padres não quiseram mais alugar o espaço para nós. Na Casa de Portugal também não podia ser, os portugueses não queriam mais a gente lá, pois tinha cada vez mais pessoas nas assembleias e o espaço ficava pequeno, apertado. Passamos a procurar lugar próprio e compramos um terreno, no qual funcionava um estacionamento, na Rua Tabatinguera. Foi ali que fizemos a Quadra, inaugurada em evento marcante para mim. Ver naquele lugar, nosso, figuras históricas como Lula e Luiz Carlos Prestes debatendo com a categoria foi especial.”

A recordação é do presidente do Sindicato à época, Augusto Campos. Atualmente residindo em Santos, litoral sul, Augusto é enfático ao declarar que o movimento pela “retomada” não se configurava em oposição à entidade, mas ao modelo sindical vigente.

Por que vocês decidiram organizar movimento de oposição à diretoria do Sindicato?

Houve uma ruptura muito forte no movimento sindical bancário a partir de 1964, com o golpe militar. Até então a entidade era conduzida pelos integrantes do antigo PTB e do PC. Após o golpe, os partidos passaram para a clandestinidade, perdendo-se muito da organização. No início dos anos 1970 começamos a nos reunir a partir do movimento estudantil e dentro dos bancos públicos, como o Banco do Brasil e o Banespa, para que a entidade tomasse outro rumo. Assim, não fizemos oposição ao Sindicato, mas ao modelo vigente, ao imposto sindical, à interferência da Justiça do Trabalho.

Como a categoria recebeu o surgimento de uma oposição bancária?

Era evidente a categoria querer nova forma de condução em suas lutas. A eleição de 1975 foi tão disputada que ficou claro para nós ser possível vencer. Crescemos muito desde então, tanto é que a eleição que ocorreria em 1978 foi adiada para o ano seguinte pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) a pedido da

então diretoria. Na carta à DRT, o presidente à época chegou a escrever que se a eleição ocorresse naquele ano, os ‘barbudinhos’ iriam tomar conta do Sindicato e a coisa ficaria fora de controle. A DRT atendeu ao apelo, mas vencemos.

Mas mesmo antes de estar na direção do Sindicato, vocês contavam com o respaldo da categoria e organizaram a greve de 1978?

É verdade. Conseguimos ganhar a assembleia de 1978 e a greve estourou. Adotamos a tática dos metalúrgicos do ABC: ‘Braços cruzados, máquinas paradas’, em que o operário permanecia na fábrica, sem ligar equipamentos. Demos a mesma orientação aos bancários, mas não foi possível ter êxito, a realidade era diferente dos metalúrgicos, pois além das chefias tinha os clientes. E o bancário não aguentou tanta pressão.

Como foram as primeiras negociações com os representantes dos bancos?

Inauguramos nova forma de negociar. Até então, antes mesmo de se começar as reuniões com os bancos, já havia a possibilidade de a diretoria do Sindicato entrar com o pedido de dissídio coletivo, que nada mais é do que solicitar que a Justiça intervisse nas negociações. Ao final, as decisões, na maioria das vezes, eram desfavoráveis aos trabalhadores. Em uma das nossas primeiras negociações dissemos: agora não tem mais dissídio. Vamos resolver tudo na mesa de negociação e na correlação de forças. Se fizermos campanha fraca, assinaremos o acordo do tamanho do movimento. Mas se a mobilização for forte, vocês também terão de aceitar a situação e assinar o acordo. Chega da interferência da Justiça. E a partir daquele momento houve a necessidade de o Sindicato se organizar mais nos locais de trabalho e esclarecer os trabalhadores para que entrassem na campanha salarial.

Como foi possível mobilizar os trabalhadores?

Tínhamos dificuldade muito grande de envolver as pessoas na campanha. Para dividir a categoria, os bancos aplicavam o reajuste pelo salário mínimo, que atingia funcionários mais novos, e davam reajustes maiores nos anuênios para contemplar os mais antigos de empresa. Para quebrar essa lógica passamos a reivindicar percentual acima do salário mínimo e tínhamos como argumento os indicadores do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que, após ter recuperado seu papel de importância junto ao movimento sindical, muito graças



Augusto Campos ao lado direito de Lula durante assembleia dos bancários na Casa de Portugal, em 1980 (em pé, o dirigente Luizinho Azevedo)



ao Lula e ao Olívio Dutra – liderança bancária no Rio Grande do Sul –, conseguiu provar que a inflação oficial do então ministro Delfim Neto estava bem abaixo da realidade que o trabalhador encontrava no supermercado. Então, reivindicar reajuste de 10% acima do salário mínimo mais R\$ 100, por exemplo, favorecia salários mais baixos, mas também contemplava os mais altos. Isso trouxe muita gente para a campanha salarial e para as assembleias. E partimos para a greve em 1979. Naquele ano jogaram tudo contra nós, houve confronto com a polícia, tropa de choque na rua, as pessoas jogavam máquina de escrever dos prédios em cima dos policiais. Parecia que iria acabar o mundo, a Rua Boa Vista parecia praça de guerra.

E qual a importância da Folha Bancária diária na organização dos trabalhadores?

A experiência da Folha Bancária diária foi extraída ao participarmos de campanha eleitoral em Belo Horizonte. Lá eles chegavam em uma concentração e colocavam 30 jornais. Se esgotava, colocavam 50 e assim faziam até ter a quantidade ideal. Adotamos o mesmo aqui e deu certo. Nossa intenção não era entregar o jornal nas mãos das pessoas, mas que elas retrassem nos locais, em cavaletes de madeira colocados nas proximidades das agências. Antes de começarmos a edição diária, reunimos várias denúncias de bancários durante algumas semanas e preparávamos material para umas dez edições. Assim, a Folha Bancária passou a ser diária e chegamos a ter uma tiragem de 25 mil exemplares. Virou referência para a categoria.

Como foi durante a intervenção no Sindicato em 1983?

Praticamente no mesmo momento em que há a intervenção no Sindicato tem a fundação da CUT e a convocação de greve geral. Em nome de tentar impedir essa greve geral eles fizeram a intervenção e cassaram a diretoria do Sindicato. Na véspera da greve geral, a polícia entrou na sede do Sindicato, que ficava no 17º andar na Rua São Bento, 365, e levou todo mundo para a Polícia Federal, onde ficamos todos encarcerados em um porão. Depois fomos soltos e continuamos nossa luta de organização da categoria e contra a intervenção. Nessa resistência editamos a Folha Bancária Livre e fizemos muita coisa para conseguir recursos: rifas, eventos, muita gente colocou dinheiro do próprio bolso para auxiliar. Mas o que ajudou a superar aquele momento foi o empenho de um grupo de diretores e funcionários do Sindicato. A intervenção caiu de “podre”, pois não tinha mais como ficar na entidade por muito tempo, até porque a própria ditadura definhava.

Em sua gestão houve a primeira paralisação na matriz do Bradesco (Cidade de Deus, em Osasco). Isso também motivou a intervenção?

O Bradesco fazia uma manobra

que irritava todo mundo. Quando chegava 25 de janeiro, aniversário da cidade de São Paulo, os funcionários da capital trabalhavam porque a matriz, em Osasco, funcionava. Quando chegava o feriado de Osasco, 13 de junho, os empregados de lá trabalhavam porque São Paulo estava funcionando. Levamos a questão à Delegacia Regional do Trabalho e nada foi feito. Decidimos acabar com isso e no feriado de Osasco de 1983 fomos para a matriz. Colocamos cadeado nos portões, caminhões de som na entrada e seguramos muita gente, inclusive o Amador Aguiar, presidente do Bradesco. Acho que essa paralisação também pesou na intervenção, pois mostrou que não havia mais limites para nós. Dali para parar Itaú e os outros bancos era um salto. Então vieram com tudo para cima da gente.

Quais momentos você considera marcantes no Sindicato?

Quando rompemos o esquema das negociações com os banqueiros, colocando um basta ao dissídio. Isso colocou um norte à diretoria para organizar a categoria, se reunir com empregados por banco, realizar assembleia. E posteriormente a criação do PT e da CUT. Acho que fizemos bastante coisa.